

EDITORIAL

Representações sobre o capitalismo contemporâneo recorrem com frequência a noções como as de fluxo, deslocamento e reescalonamento. Estes movimentos são ora de sujeitos, de objetos ou de recursos monetários que atravessam o espaço entre pontos distintos. Designam também movimentos de transformação de práticas, de relações, de dinâmicas escalares, de esquemas de representação e justificação. As escalas de operação das redes e dos fluxos econômicos, assim como das ações governativas, são objeto de constante redefinição enquanto arenas da luta social, configurando o que alguns chamam de “políticas de escala”. Através, pois, de geometrias sociais mutantes, a política é espacializada, alianças são realizadas e a espacialidade dos fluxos é redeseenhada. Esta é a problemática que articula artigos do presente fascículo da Revista, seja propriamente na discussão das escalas da ação política, seja da relação entre as cidades e o território social mais amplo cujas contradições alimentam a “questão urbana” ou dos impactos de movimentos sociais de âmbito nacional nas relações de poder configuradas em pequenos municípios do interior do país.

Em sua discussão sobre a escala pertinente da análise e do planejamento, Carlos Vainer interpela criticamente modelos e projetos que remetem seja a localismos, a nacionalismos, regionalismos ou globalismos, mostrando como as escalas são socialmente construídas, estando permanentemente em questão como campo de disputas entre agentes que propõem diferentes escalas e, ao mesmo tempo, em diferentes escalas se dispõem. Após uma revisão do debate sobre nacionalismo e internacionalismo na tradição do pensamento marxista da segunda metade do século XIX e início do século XX, Vainer sustenta que o poder, mais do que nunca, não está hoje situado no local, nem no regional, nem no nacional, nem no global, mas na capacidade de se articular escalas, de se analisar e intervir de modo transescalar.

Jean-Pierre Garnier discute as rebeliões que se multiplicaram nas periferias das cidades francesas no ano de 2005, posicionando-se na contracorrente dos modos de pensar, tratar ou eludir a chamada “nova questão social” que ele acredita prevalecerem na França de hoje. Para o autor, ao privilegiar os aspectos “urbanos”, “locais”, ou mesmo “étnicos”, a maior parte das interpretações propostas no debate que se seguiu àqueles eventos teve por efeito, senão por objetivo, negar-lhes seu caráter político. A destituição dos bairros de habitação social, pergunta ele, porventura nada deveria à decomposição social, política e ideológica da classe operária sob o efeito, entre outros, das novas modalidades da exploração da força de trabalho? Tal pergunta se coloca tanto mais que, para Garnier, as experiências mais dramáticas verificadas recentemente nos subúrbios franceses poderiam, por certo, encontrar seu princípio explicativo em outro lugar ou escala que não os da eclosão concreta da convulsão social.

O artigo de Marcelo Rosa, por sua vez, procura destacar a crescente importância social que as organizações ou movimentos de lutas por terras e seus dirigentes adquiriram nas pequenas cidades do Nordeste na última década. Através da reconstituição de histórias de vida de militantes das diversas unidades de mobilização que organizam ocupações de terra na Zona da Mata pernambucana, o autor procura caracterizar os lugares que, embora não intencionalmente designados pelos próprios sujeitos como

objeto de sua ação, são afetados substancialmente pelas transformações sociais que tais movimentos provocam. A pesquisa procura revelar, assim, o modo como tais organizações criaram condições inéditas para a transformação dos seus líderes em figuras de destaque nas instâncias políticas dos pequenos municípios da região, contribuindo para a modificação das estruturas tradicionais de poder no território em que operam.

Em artigo premiado no Concurso Internacional FURS-2006 promovido pela Foundation for Urban and Regional Studies e o *International Journal of Urban and Regional Research*, Rodolfo Fonseca faz uma leitura da relação dos catadores de papel de Belo Horizonte com a cidade, interpretando o espaço urbano a partir das práticas dos catadores e, simultaneamente, caracterizando o modo como a cidade entende o “papel” por eles desempenhado na vida urbana. O trabalho destaca representações sociais dos catadores como marginais à cidade, assimilados como são a catadores de lixo ou moradores de rua, atribuindo-lhes um estigma social associado à idéia de contaminação que derivaria de seu objeto e local de trabalho, o “lixo” e a rua. Mas uma segunda representação estará associada ao processo de formalização do trabalho dos catadores de papel, representando-os como trabalhadores integrados à cidade a partir de uma função social ou de utilidade pública. Em articulação com tais representações, a prática destes atores implica formas de apropriação do espaço urbano capazes de criar uma sociabilidade própria na relação com a cidade, entre eles mesmos, e com os outros atores do espaço compartilhado da rua.

Em sua reflexão sobre os critérios de construção do que se entende socialmente por padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro, André Roriz de Castro Barbo e Ioshiaqui Shimbo discutem os métodos de cálculo que têm sido adotados por dois órgãos associados às atividades de planejamento – a Fundação João Pinheiro e a Fundação Seade. Através do debate metodológico sobre uma noção calcada na identificação de carências habitacionais semelhantes, embora dando lugar a indicadores diferentes, os autores destacam como o conceito de moradia adequada não é um consenso nem entre os especialistas, nem entre moradores. O trabalho sugere que carências relevantes não são contempladas por nenhum dos dois métodos de cálculo analisados, tais como os domicílios depreciados, os domicílios irregulares e a insegurança de posse, de cujo registro depende o monitoramento dos assentamentos precários. O presente fascículo se completa com as resenhas dos livros *A idéia de cidade – antropologia e forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo*, de Joseph Rykwert, e *La Invención de Futuros Urbanos*, de Peter Brand e Fernando Prada.

HENRI ACSELRAD
Editor responsável